

Intenções políticas na educação: possibilidades de cidadania nacional e europeia em Portugal

*Political intentions in education: possibilities of national and
European citizenship in Portugal*

Sara Pinheiro

Mestre em Ciências da Educação. Estudante do Programa Doutoral em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal
sarapinho@fpce.up.pt

Eunice Macedo

Doutora em Ciências da Educação. Professora Auxiliar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal
eunice@fpce.up.pt

Helena Costa Araújo

Doutora em Educação. Professora Catedrática na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal
haraujo@fpce.up.pt

Resumo: O debate sobre cidadania nacional e europeia insere-se nas práticas contemporâneas das sociedades da União Europeia (UE) e do mundo global, além da Europa. A sua relação com a educação assenta numa lógica interativa que se diz direcionada à partilha de perspetivas. Ao nível político, incentiva-se o respeito e a aceitação da diversidade na busca de uma UE unida na sua pluralidade cultural. Pensando numa *cidadania ativa*, com voz e participação, este artigo cruza documentos nacionais e da UE com dados da observação e no grupo focal (GF) já recolhidos. Questiona-se a articulação entre as intenções políticas nestes documentos e a possibilidade de colocação em prática como modelo para jovens nos quotidianos escolares. O estudo na base deste artigo é desenvolvido com jovens dos 15 aos 25 anos que frequentam a *Escola Quotidianos de Profissionalização*, no Norte de Portugal.

Palavras-chave: Cidadania nacional. Cidadania europeia. Escola. Jovens. Educação profissional.

Abstract: The debate on national and European citizenship is part of the contemporary practices of the European Union (EU) and of the global societies beyond Europe. Its relationship with education is based on an interactive logic said to be oriented towards sharing perspectives. At the political level, respect and acceptance of diversity are encouraged in the search for a united EU with cultural plurality. Thinking of an active citizenship, with voice and participation, this article matches up national and EU documents with observation data and Focus Group Discussion (FGD) already collected. We question the articulation between the political intentions in these documents and the possibility to put it into practice as a model for young people in the school every day. The study at the base of this article is developed with young adults from 15 to 25 years old, who attend a *Professionalism Daily School* in the North of Portugal.

Key words: National citizenship. European citizenship. School. Young adults. Vocational education.

Introdução

O conceito de cidadania nacional e europeia tem vindo a conquistar lugar a nível político, social e educativo na sociedade portuguesa, em contexto global, sendo importante acentuar a existência de algumas tensões. Para questionar a articulação entre as intenções políticas e as possibilidades do seu desenvolvimento na escola, cruzam-se documentos oficiais com dados de observação e a captação de perspetivas jovens, através de grupo focal¹. Se a cidadania constitui desafio para a educação de jovens que buscam uma formação profissionalizante e/ou com um percurso conturbado de abandono e de insucesso escolar², o seu debate faz particular sentido num contexto de mobilidade internacional. A pertinência para uma audiência brasileira relaciona-se com a mobilidade da população do Brasil para Portugal³, dada a existência de uma língua comum que facilita a inserção e uma maior aproximação à cidadania portuguesa e europeia.

Na Europa, como no Brasil e noutros contextos desafiados pela consecução da cidadania, a relação entre as sociedades atuais e os sujeitos reflete dinâmicas de globalização, incluindo a discussão da cidadania nacional e europeia. Em Portugal, com a Lei de Bases do Sistema Educativo⁴, a educação para a cidadania passou a ser vista, nas políticas, como analisador privilegiado que ganhou progressivamente

[...] espaço nos discursos políticos, normativos e sociais, [...] alcançou um estatuto de grande centralidade nas políticas educacionais de final [...] do século XX e primeira metade do século XXI (LEITE; FERNANDES; SILVA, 2013, p. 37).

Sendo a cidadania um pressuposto das sociedades atuais, justifica-se a busca da educação para a cidadania *com* populações jovens e o debate da cidadania nacional e europeia no quotidiano. A análise de um estudo académico e de documentos da rede política nacional e europeia permitem uma visão mais holística do problema, e estabelecer pontes com o contexto em estudo, *com* jovens de diferentes origens socioculturais e étnicas⁵. O estudo questiona as políticas do governo (2011-2015), em Portugal, face ao empobrecimento da escola pública e à sua incapacidade para dar resposta às necessidades sociais e educativas; em

seguida, analisa comparativamente as políticas e estratégias nacionais; finalmente, compara o índice de justiça social nos países da UE.

1 Linhas do debate acadêmico e político: cidadania e cidadania europeia

A cidadania, pensada enquanto democracia e garantia de direitos políticos, civis, sociais, económicos e culturais (SANTOS, 2014), permite relacionar cidadania e cidadania europeia como complementares. Mas a “promessa” de uma cidadania Europeia poderá ser associada tanto a uma perspectiva de complementaridade como a uma separação entre a pessoa cidadã e os *laços de sangue e de território* atinentes à cidadania nacional (FERREIRA; TAVARES, 1998), por um lado e, por outro, ao estímulo à filiação a um novo território, agora mais amplo, em que os contornos dessa cidadania são ainda mais desafiados. Isto ocorre particularmente no atual contexto de busca de resistência à crise económica e social, em que os direitos de cidadania, seja ela nacional ou Europeia, ficam aquém de realizados para grupos mais amplos da população. Assiste-se a certa delegação de poderes do Estado nacional face à União Europeia, mas altera-se também o contexto político mais global pela assunção de um novo papel pelo Estado no diálogo internacional, e pelo entrosamento na cidadania e na educação de atores tradicionalmente mais distanciados (MACEDO, 2011), aquilo que alguns autores têm designado como uma regulação em múltipla escala (DALE, 2005).

Apesar da desconcertante diversidade de interpretações, pode admitir-se que a cidadania europeia, em democracia, tem potencial para ampliar a cidadania ao nível nacional. Meier e Lombardo (2008) vão além da discussão dos direitos da cidadania europeia, para argumentar que aquela opera em vários sentidos e assume diferentes significados, exigindo uma abordagem múltipla. Para Keating (2009), a cidadania europeia vai além de direitos e deveres, na convivência entre pessoas de origens distintas, tendo como objetivo desenvolver união entre cidadãos(ãs), através das suas culturas, valores, competências educativas e perspectivas para o futuro.

Havendo preocupação com a construção da cidadania, ganha sentido o foco numa educação em cidadania que opere a distintos níveis, que deve: permitir a reflexão sobre direitos e deveres nos quais os (as) jovens se poderão

rever, e estimular a relação com os países “vizinhos” europeus, permitindo uma interculturalidade mais global. Num mundo que se pretende intercultural, ser cidadão(ã) é também ter direito a manter as diferenças culturais na esfera pública (ANSION; TUBINO, 2007) a que as questões étnicas estão associadas; e a efetivação da democracia assenta no potencial interventivo e participativo dos sujeitos.

Neste quadro, a escola pode ter um papel fundamental na democracia e nas vivências interculturais. Como espaço que *gere* histórias de vida (LEMONS; CRUZ; SOUSA, 2014), pode permitir respeitar e valorizar as diferenças individuais e de grupo, e pode gerar a construção de novas histórias de vida, *com* democracia e cidadania. O debate sobre cidadania europeia (CE) torna-se um debate sobre *educação e sociedade*, fomentando a participação com *voz* e desafiando a diversidade. São colocadas a uma nova “luz” questões como igualdade, justiça social e inclusão, que se tornam relevantes na educação (ARNOT, 2009; ARAÚJO, 2007) e na compreensão da CE.

Pensar a cidadania constitui um desafio à compreensão do seu paradigma, enquanto congruência entre direitos do Estado e dos seus membros (OLSEN, 2013). Vários estudos atribuem o desenvolvimento da CE ao Tratado de Maastricht (MANTU, 2013), que permitiu à União Europeia a integração política, reforçando poderes do Parlamento Europeu (PE) e a criação da União Económica e Monetária (UEM), desde 1993; preocupações enraizadas na Segunda Guerra Mundial (1941-1944) e na necessidade de uma união europeia, primeiro focada na economia – Comunidade Económica Europeia – e, depois, ampliada a outros aspetos da vida social, incluindo *cidadania*⁶ – União Europeia (MACEDO; FERREIRA, 2014).

O conceito de CE assenta na contínua (re)edificação (MANTU, 2013). Para além de tratados, políticas e práticas que afetam o *status* dos sujeitos, a análise da cidadania na integração europeia, leva a conceções que permitem a cidadania na União (OLSEN, 2013). Tal como Young (1990, 1997), Stoer (2008) sustenta que a cidadania necessita de ser percecionada de forma plural, abarcando olhares e vozes das pessoas cidadãs interventivas na cidadania. Estas perspetivas abrem portas à construção da cidadania europeia pois advogam novos contratos sociais com abertura à pluralidade de grupos sociais, caracterizados por diferenças culturais, sociais e/ou étnicas (YOUNG, 1990).

2 Cruzando documentos-chave com vozes (in)diretas de jovens

Nas últimas décadas, documentos oficiais da UE, como a *Estratégia de Lisboa* (EUROPEAN COUNCIL, 2000), o *White Paper on Intercultural Dialogue* (COUNCIL OF EUROPE, 2008); Europe 2020 (COM, 2010), o *Strategic framework for education and training* (EUROPEAN COMMISSION, 2010), entre outros, enfatizam a relação entre cidadania europeia e nacional de forma complementar (MACEDO; FERREIRA, 2014). Os documentos seguintes estabelecem o pano de fundo para incorporar e refletir sobre vozes jovens na educação.

2.1 Menos Estado Social, uma Escola mais Desigual

O estudo do Observatório de Políticas de Educação e de Formação (BENAVENTE; PEIXOTO, 2015) questiona como a governação dos últimos anos coloca em déficit a Educação para a Cidadania. Acusa o governo de fomentar uma “[...] escola instrumental, produtora de pessoas passivas, vistas como mão-de-obra mais ou menos qualificada, [...] ‘recursos humanos’⁷ [...] [e refletem que se a] escola não pode tudo quanto às desigualdades sociais” (BENAVENTE; PEIXOTO, 2015, p. 3-4)⁸, pode e deve atuar sobre elas, com políticas e práticas que reflitam sobre as realidades das(os) jovens e que colaborem para a construção da sua cidadania, tendo em conta o seu ponto de partida desigual.

Entre 2011-2015, foram promovidas práticas de contenção de custos, que não equacionam as desigualdades sociais, e uma escola desigual assente na competição. Quais os contornos da relação das escolas com a educação para a cidadania e a cidadania europeia? O distanciamento contraria as orientações europeias para estimular a cidadania através da educação e mais concretamente da escola (MACEDO, 2011). No entanto, a prática da cidadania nacional e europeia é um desafio, como tema e prática, que se pretende de acesso comum às(aos) jovens. O caminho não é uniforme, dada a heterogeneidade interna deste grupo social que condiciona a forma como cada jovem acolhe a diversidade (YOUNG, 1997) e reconhece a *diferença*. Esta perspetiva ajuda a compreender a jovem referida na nota de terreno (NT):

Uma das jovens da turma [...] quando falei do modo como se sentiam perante a cidadania europeia, disse [...] como estando a conversar para si mesma *europeia não, eu sou preta*. [...] Fez-me parar e pensar que esta frase, dita por uma jovem dos PALOP, tem muito conteúdo para debater, refletir e desconstruir (NT3).

Este excerto permite colocar em debate o modo como as(os) jovens se sentem, em função da cor da pele, na relação com a cidadania europeia e a sua construção, sendo que a forma como cada jovem sente e reconhece a diversidade é condicionada por fatores sociais e étnicos. Stoer (2008) reforça a perspetiva de Young, clarificando a pluralidade da cidadania e a partilha de olhares. Há pois que ter em conta as especificidades de cada jovem (meio de origem, género e etnia), que podem estar associadas a maiores ou menores riscos e dificuldades na educação, potenciando diferentes formas de relação com a cidadania nacional e europeia.

2.2 A Educação para a Cidadania na Europa

Tal como outros documentos europeus, este documento norteia a cidadania, na “aprendizagem pela prática” (EURYDICE, 2012, p. 3). Abre espaço à intervenção em contexto escolar, podendo articular-se com a implementação de uma *cidadania ativa* (PINTASILGO, 2012). Este documento constata, em diferentes países da UE, o investimento em determinados aspetos da cidadania, com o fim de desenvolver a educação para a cidadania. A sua análise pode ser relevante, para além da Europa, pois a *cidadania ativa*, a nível nacional, europeu e/ou global, pode considerar-se sustentada no *desenvolvimento da literacia política*, com *conhecimento dos factos básicos e compreensão dos conceitos essenciais*; *à aquisição de espírito crítico e de competências analíticas*, um pensamento mais crítico e reflexivo; ao desenvolvimento de *valores, atitudes e comportamentos* como respeito, tolerância, solidariedade; e ao incentivo *à participação ativa e à intervenção a nível da escola e da comunidade* (EURYDICE, 2012, p. 28).

De acordo com estes princípios, na primeira sessão de grupo focal (GF, 12.05.2016), emergiu na discussão o que se pode designar *significado(s) da cidadania e da CE (Cidadania Europeia)*. As(Os) jovens salientaram:

Respeitar as diferenças entre os outros [...]. Não ser racista [...] aceitar os colegas, tal como eles são. (JL)

Não é racismo [...] é mais preconceito [...] porque as pessoas são muito preconceituosas [...] tanto a nível de cor, de estatuto, ou a forma como as pessoas se vestem ou, como falam. (MC)

Ser humildes [...]. Não ser homofóbicos. (AMA)

Estes(as) jovens demonstram espírito crítico sobre a cidadania e CE, e o modo como esta pode ser construída, num horizonte de *ação* e *participação*, que inclui a *cidadania nas relações de trabalho*:

Respeitar os nossos colegas de trabalho, os direitos que eles têm [...]. Há muitos que nem conhecem os seus direitos, eu por exemplo conheço tudo. (JL)

Neste sentido, a educação para a cidadania nacional e europeia, na escola média, deve constituir uma realidade transversal às áreas (extra)curriculares, para que os(as) jovens possam desenvolver competências como *pensamento crítico e literacia política*.

Em Portugal (a partir dos 6 anos de idade), a educação para a cidadania não tem o carácter de “disciplina autónoma obrigatória” (EURYDICE, 2012, p. 19). De acordo com o Decreto-Lei 139 (PORTUGAL, 2012, p. 3.476),

[...] a educação para a cidadania enquanto área transversal [é] [...] passível de ser abordada em todas as áreas curriculares, não sendo imposta como uma disciplina isolada obrigatória, mas possibilitando às escolas a decisão da sua oferta nos termos da sua materialização disciplinar autónoma.

O Decreto-Lei n.º 91 (PORTUGAL, 2013), reduz a área de cidadania a oferta complementar, a par de outras áreas, sendo desenvolvida apenas no 1º ciclo do ensino básico⁹. Isto mostra desinvestimento do Estado português na educação para a cidadania, num dado período, contrariando as recomendações europeias.

Particularmente nos últimos anos, face à dificuldade nacional para implementar educação para a cidadania nacional e europeia, continua atual

e necessária a proposta de desenvolvimento do Currículo Europeu incluindo a consciência Europeia e a influência da UE nas políticas da educação nacional (NÓVOA, 1996), o que permitiria o crescimento de uma perspectiva reflexiva e crítica, num enquadramento de reconhecimento das cidadanias jovens na educação (MACEDO; ARAÚJO, 2014). No contexto português, apesar de as escolas terem flexibilidade para diversificar a oferta no que toca à educação para a cidadania e CE, o seu papel está sujeito à economia e às opções políticas; em momentos de crise, as práticas de educação para a cidadania nacional e europeia ressentem-se nas escolas. Esta dificuldade é ampliada ao contexto europeu e global pois os laços da cidadania confrontam-se com problemas contextuais e enormes fragilidades. Keating (2009) reforça que, face a estes cenários, a CE deve reforçar o desenvolvimento cultural. Mas, em períodos de crise, diminuem os projetos e as políticas pensadas para jovens.

2.3 Justiça social na UE

O relatório *Social Justice in the EU – Index Report 2015* (SCHRAAD-TISCHLER, 2015) revela que a participação democrática jovem em tempo de crise na UE tem sofrido um decréscimo comparativamente a períodos económicos e políticos mais estáveis e favoráveis. A instabilidade política e económica traz consigo carência de participação democrática e diminuição das políticas pensadas para as populações jovens, diminuindo um ideário democrático e de participação na cidadania nacional e europeia.

Nesta perspetiva interessa pensar *os desafios à cidadania na Escola Quotidianos de Profissionalização*. Os(As) jovens parecem não se sentir respeitados(as) e tidos(as) em conta, na prática da cidadania ativa:

[...] fomos desrespeitados, porque queríamos fazer o trabalho [...] de economia e fomos para uma sala de TIC, [...] estavam lá alunos, nos computadores, supostamente a fazer o trabalho, e mal o professor virava costas [punham-se a brincar] [...]. E nós queríamos trabalhar e não tínhamos meios. (AMA)

Nós desde novembro ou dezembro estamos à espera da aprovação dos projetos da PAP. Nem um foi aprovado [...] a Stôra I., eu tive

a falar com ela, e ela disse que ia fazer reunião com as outras professoras que faltavam [...] e ainda não marcou a reunião para fazer. (AS)

Há exceções, face a uma atuação mais assertiva:

Fizemos 3 requerimentos e nunca nos foi dado o aquecedor, [...] manifestei-me e pus na porta da sala a idade do gelo, e uma das diretoras da escola chamou-me, eu fui falar com ela e logo a seguir tivemos um aquecedor. (AMA)

Como reforça este relatório, o fosso entre países do norte e do sul da Europa é enorme, principalmente em tempo de crise. As taxas de pobreza e exclusão social crescem à medida que decresce o índice de justiça social. Para Arar (2015), a justiça social deve incluir justiça distributiva, associativa e cultural, sendo necessário reconhecer a interdependência entre subsistemas sociais, incluindo a educação. De um ponto de vista sócio-ecológico, a justiça social em educação interliga-se com meios sociais mais amplos, sendo as lideranças complementares que a desenvolvem nos diferentes níveis de educação (BERKOVICH, 2014). Admite-se a forte articulação entre justiça social, educativa e a cidadania nacional e europeia. No grupo focal, a discussão da justiça social não é consensual nem diretamente ligada à educação. Surge associada à justiça criminal e às diferenças entre países, por vezes, vistos ainda como colonizados.

[...] os países lá de África que estão colonizados pelos portugueses quase em termos de justiça é igual, tás a ver, aqui em Portugal... (MM)

É na Europa só. (AB)

Mas não se pode dissociar a justiça social da cidadania nacional e europeia, e é neste sentido que as políticas europeias e nacionais se devem dirigir, enquadrando diferenças individuais e de grupo numa sociedade que se pretende comum e que favoreça as diferenças culturais na esfera pública (ANSION; TUBINO, 2007). Através da educação, a cidadania nacional poderia reforçar a relação com a cidadania europeia (CE) e o compromisso com uma

união política na UE; estrutura supranacional que coloca a educação para a cidadania europeia na agenda política. Com Santos (2014), defendemos que a cidadania nacional e europeia devem assentar num conjunto de direitos e deveres, no quotidiano. Enfatiza-se a dimensão de participação, competindo à escola assumir o seu papel na construção coletiva “com participação democrática” de todas as pessoas (RUSSO, 2014, p. 70).

3 Linhas conclusivas

Discutimos *cidadania nacional e europeia* numa perspetiva de inclusão das realidades dos sujeitos. A cidadania nacional e europeia são processos de construção individual e coletiva assentes na participação, que incorporam direitos e deveres, tendo em atenção particularidades e diferenças.

Os documentos analisados permitiram identificar algumas dimensões essenciais para a construção de cidadania. Se, por um lado, enfatizam que menos Estado social tem como resultado uma escola mais desigual, por outro, mostram a necessidade de uma educação para a cidadania na Europa, que articule cidadania nacional e europeia. Delineiam ainda caminhos para atingir justiça social na UE e mais além.

Algumas das vozes (in)diretas de jovens, do estudo, permitem: questionar o modo como a cidadania e os conceitos de cidadania nacional e europeia estão sendo construídos na escola; compreender a necessidade de continuar trazendo este assunto ao debate, para que a justiça social possa ser alcançada de forma equitativa; e compreender pontos de interesse de jovens no interior deste debate para, a partir daí, construir pontes entre as orientações nacionais e europeias e as práticas.

Sendo pertinente a construção de cidadania pela população jovem em ambientes educativos formais, esta é mitigada para jovens com diferentes origens socio culturais e étnicas. Apesar de a educação para a cidadania variar entre os países da Europa, em tempo de crise, no contexto português, a falta de investimento nesta área pode pôr em risco o desenvolvimento pelos jovens da *literacia política* necessária ao exercício da cidadania nacional e europeia. Isto quer dizer que a omissão da educação para a cidadania mitiga o acesso da população jovem ao conhecimento e compreensão de *factos básicos* e *conceitos essenciais* que permitiriam o exercício de uma *cidadania ativa*, com voz e participação. O *espí-*

rito crítico e as *competências analíticas*, que permitiriam a construção crítica de *comportamentos* baseados no reconhecimento, parecem poder também ser atenuados por esta falha na educação.

Caberia, no entanto, à escola democrática contribuir para uma sociedade, também ela, democrática, solidária e com políticas de construção da cidadania nacional e europeia, que permitam às(aos) jovens integrar-se, respeitar-se e valorizar a diferença como modo de *ser mais*, sendo *mediatizados pelo mundo* (FREIRE, 2002). É na pluralidade de pensamentos e vozes que a cidadania nacional e europeia podem ser construídas, como complementares. O caminho é sinuoso, mas pode trazer às pessoas jovens nas sociedades europeias e ao nível global (re)conhecimento, inclusão e justiça social.

Notas

- 1 A observação foi realizada em diferentes turmas, para compreender o *modus vivendi* jovem na escola e a discussão focal foi realizada com uma turma, em duas sessões distintas.
- 2 Este nível educativo corresponde aos últimos 3 anos do ensino médio no Brasil. Os jovens são encaminhados para uma dupla certificação de ensino secundário e profissional, mais orientada para o mercado de trabalho, como via educativa alternativa ao ensino regular.
- 3 Nos registos de 2014 do Serviço de Estrangeiros e de Fronteiras, a cidade do Porto, onde se realiza o estudo, conta com 8.012 cidadãos/cidadãs de origem brasileira, este número tem vindo a variar ao longo dos anos. Disponível em: <<http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>>. Acesso em: 8 mar. 2016.
- 4 A LBSE, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, foi produzida aquando da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) e atual União Europeia (UE).
- 5 *Etnia* relaciona-se com modalidades de pertença cultural (COUNCIL OF EUROPE, 2008), que podem representar uma “nova” forma de desigualdade, a par da dimensão de classe social e do género. É neste sentido que, com base na análise dos documentos, se procurará posteriormente compreender as perspetivas de jovens de etnias não dominantes.
- 6 Salienta-se que o direito a circular, estudar e trabalhar na UE surge pela introdução do conceito de cidadania na própria União Europeia. Em termos práticos, a CE concretiza-se, por exemplo, através da mobilidade entre cidadãos(ãs), possibilitando circular, estudar e trabalhar na UE “[...] não podendo ser objeto de discriminação com base na sua nacionalidade, etnia, religião, idade, sexo e orientação sexual” (MACEDO; FERREIRA, 2014, p. 33), sendo estes direitos reforçados com o direito de residência aos membros da família, oriundos de outros países, mesmo que perante ausência de atividade laboral no país de integração.
- 7 Também tem sido referido como “capital humano” vendável ao nível europeu (MACEDO, 2011, p. 34).

- 8 Ver também Freire (2002) para aprofundamento desta conceitualização.
- 9 O ensino básico, em Portugal, corresponde ao ensino fundamental, no Brasil.

Referências

ANSION, Juan; TUBINO, Fidel (Ed.). *Educar em Ciudadanía Intercultural: Experiencias y retos en la formación de estudiantes universitarios indígenas*. Perú: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2007.

ARAR, Khalid Husny. Leadership for Equity and Social Justice in Arab and Jewish Schools in Israel: Leadership Trajectories and Pedagogical Praxis. *International Journal of Multicultural Education*, v. 17, n. 1, p. 162-187, 2015.

ARAÚJO, Helena Costa. Cidadania na sua polifonia: Debates nos estudos de educação feministas. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 25, p. 83-116, 2007.

ARNOT, Madeleine. *Educating the Gendered Citizen: Sociological Engagements with National and Global Agendas*. London and New York: Routledge, 2009.

BENAVENTE, Ana; PEIXOTO, Paulo (Coord.). *Menos Estado Social, uma Escola mais Desigual*. Lisboa: Observatório de Políticas de Educação e de Formação, 2015.

BERKOVICH, Izhak. A socio-ecological framework of social justice leadership in education. *Journal of Educational Administration*, v. 52, n. 3, p. 282-309, 2014.

COM. *Communication from the Commission – Europe 2020: A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Brussels: European Commission, 2010. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eu2020/pdf/COMPLET%20EN%20BARROSO%20%20%20007%20-%20Europe%202020%20-%20EN%20version.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

COM. *Strategic framework for education and training*, 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc28_en.htm>. Acesso em: 12 out. 2009.

COUNCIL OF EUROPE. *White Paper on Intercultural Dialogue: Living Together As Equals in Dignity*. Strasbourg: Ministers of Foreign Affairs, 2008. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dg4/intercultural/whitepaper_interculturaldialogue_2_EN.asp>. Acesso em: 1 maio 2015.

DALE, Roger. A globalização e a reavaliação da governação educacional: Um caso de ectopia sociológica. In: TEODORO, António; TORRES, Carlos Alberto (Org.), *Educação crítica e utopia: Perspectivas para o século XXI*. Porto: Afrontamento, 2005. p. 53-69.

EURYDICE. *A Educação para a Cidadania na Europa*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2012. Disponível em: <<http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FERREIRA, Virgínia; TAVARES, Teresa. Women and mobility: Shifting bonds and bounds in Europe. In: FERREIRA, V.; TAVARES, T.; PORTUGAL, S. (Ed.). *Shifting bonds shifting bounds: Women; mobility and citizenship in Europe*. Oeiras: Celta, 1998. p. 1-16.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KEATING, Avril. Educating Europe's citizens: moving from national to post-national models of educating for European citizenship. *Citizenship Studies*, v. 13, n. 2, p. 135-151, 2009.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; SILVA, Sofia Marques da. O lugar da educação para a cidadania no sistema educativo português: perspetivas de docentes de uma escola TEIP. *Educação*, v. 36, n. 1, p. 35-43, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/ciie/Downloads/12297-49822-1-PB.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2014.

LEMOS, Flávia; CRUZ, Franco; SOUSA, Giane. Práticas educativas, linguagens e produção da diferença. *Dialogia*, São Paulo, n. 20, p. 231-242, jul./dez. 2014.

MACEDO, Eunice. *Os Rankings, por outro lado*. . . Possibilidades de cidadania jovem, na tensão da mudança educativa e social. Porto: FPCEUP, 2011.

MACEDO, Eunice; ARAÚJO, Helena Costa. Young Portuguese construction of educational citizenship: commitments and conflicts in semi-disadvantaged secondary schools. *Journal of Youth Studies*, v. 17, n. 3, p. 343-359, 2014.

MACEDO, Eunice; FERREIRA, Pedro (Ed.). *Construindo Pilares do Projeto Europeu com Jovens nas Escolas*: Informação, Reflexão e Ação. Porto: CIEJD – Centro de Informação Europeia Jacques Delors & CIIE, 2014.

MANTU, Sandra. Concepts of Time and European Citizenship. *European Journal of Migration and Law*, n. 15, p. 447-464, 2013.

MEIER, Petra; LOMBARDO, Emanuela. Concepts of citizenship underlying EU gender equality policies. *Citizenship Studies*, v. 12, n. 5, p. 481-493, 2008.

NÓVOA, António. L'Europe et l'éducation: Éléments d'analyse socio-historique des politiques éducatives européennes. In: WINTHER-JENSEN, T. (Ed.). *Challenges to European education*: Cultural values, national identities, and global responsibilities. Sonderdruck: Peter Lang, 1996. p. 29-79.

OLSEN, Espen. European Citizenship: Mixing Nation State and Federal Features with a Cosmopolitan Twist. *Perspectives on European Politics and Society*, v. 14, n. 4, p. 505-519, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/15705854.2013.772750>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. *Para um novo paradigma*: um mundo assente no cuidado. Antologia de textos de Maria de Lourdes Pintasilgo. Porto: Afrontamento, 2012.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 139, de 5 de julho de 2012. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/07/12900/0347603491.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015

_____. Decreto-Lei n.º 91, de 10 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Legislacao/dl_91_2013_10_julho.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016

RUSSO, Miguel Henrique. Gestão democrática, autonomia e projeto político-pedagógico: pressupostos da qualidade da educação. *Dialogia*, São Paulo, n. 19, p. 67-78, jan./jun. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos*. Coimbra: Almedina, 2014.

STOER, Stephen. Novas formas de cidadania, a construção europeia e a reconfiguração da universidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 26, p. 219-238, 2008.

SCHRAAD-TISCHLER, Daniel. *Social Justice in the UE – Index Report 2015*. Social Inclusion Monitor Europe. Berlin: Sim Europe, SGI, Bertelsmann Stiftung, 2015.

YOUNG, Iris. *Intersecting Voices – dilemmas of gender, political philosophy, and policy*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

_____. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

recebido em 17 abr. 2016 / aprovado em 24 jan. 2017

Para referenciar este texto:

PINHEIRO, S.; MACEDO, E.; ARAÚJO, H. C. Intenções políticas na educação: possibilidades de cidadania nacional e europeia em Portugal. *Dialogia*, São Paulo, n. 25, p. 119-132, jan./abr. 2017.